



Processo 86.390

Autógrafo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.075

(Prefeito Municipal)

Altera a Lei Complementar 511/2012, que reformulou o Estatuto do Magistério Público Municipal, para adequá-lo ao novo regramento de contratação de pessoal por tempo determinado; e revoga dispositivo correlato.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, faz saber que em 04 de maio de 2021 o Plenário aprovou:

Art. 1º A Lei Complementar nº 511, de 29 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Seção II

Da Seleção Anual de Pessoal Temporário

Art. 7º A Unidade de Gestão de Educação, anualmente, promoverá a seleção de candidatos, visando à contratação de pessoal para o exercício de funções de professor, por tempo determinado, para atendimento das situações previstas em legislação municipal específica.

Parágrafo único. A seleção de que trata o caput deste artigo será efetuada por área de atuação e por componente curricular.

Art. 8º A seleção de candidatos de que trata o art. 7º desta Lei Complementar dar-se-á mediante processo seletivo simplificado, observadas as disposições da legislação municipal regulamentadora da contratação de pessoal por tempo determinado no Município de Jundiaí.” (N.R.)

Art. 2º Ficam revogados o *caput* e o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar nº 511, de 29 de março de 2012.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em quatro de maio de dois mil e vinte e um (04/05/2021).

FAOUAZ TAHA
Presidente